

**AS MUITAS FACES DE DURKHEIM:
a atualidade de um clássico**

***THE MANY FACES OF DURKHEIM:
the present relevance of a classic***

WEISS, Raquel; OLIVEIRA, Márcio (orgs.). **David Émile Durkheim: a atualidade de um clássico**. Prefácio de Gabriel Cohn. Curitiba: Ed. da UFPR, 2011. 196 p.

Cristina Matos

Universidade Federal da Paraíba

Em *David Émile Durkheim: a atualidade de um clássico*, a contemporaneidade de um dos mais importantes autores da sociologia é considerada a partir de dois fatos: Primeiro, a ausência de um número maior de durkheimianos na produção atual das Ciências Sociais brasileiras e, segundo, a identificação de pesquisas e pesquisadores nacionais afinados com sua obra. Assim, para além das exigências protocolares de formação curricular, elemento definidor por excelência da leitura de Durkheim no Brasil (Oliveira, 2009), qual o espaço de discussão que a obra deste clássico tem tido? Os artigos apresentados no livro mapeiam os temas e os pesquisadores empenhados em discutir a obra e a atualidade do autor de *As regras do método sociológico*.

O texto é organizado por Márcio de Oliveira, professor da Universidade Federal do Paraná e por Raquel Weiss, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisadores que se dedicam a animar o debate acerca da obra de Durkheim, mapeando e articulando autores cujo interesse por este ele intenta ir além das classificações, muitas vezes petrificadas, estabelecidas em alguns manuais didáticos, congeladoras do movimento que a ideia de obra incorpora. Weiss, por exemplo, organizou, em 2008, um importante seminário sobre os 150 anos de nascimento de Durkheim, que reuniu pesquisadores brasileiros e estrangeiros em torno de seu pensamento. O evento resultou na publicação de um livro, *Durkheim: 150 anos*, que, somado a artigos e traduções recentes, compõe um repertório novo de materiais sobre o autor e sua obra (Weiss, 2007; Massela, 2005; Consolim, 2011).

Antes, porém, de passar à apresentação dos artigos, gostaria de discutir a ideia de clássico para, em seguida, pensar o sentido de atualidade que o livro organizado por Oliveira

e Weiss se propõe a assumir.

Seguindo a trilha de argumentação sugerida por Jeffrey Alexander (1999), podemos pensar o lugar dos clássicos a partir da relação entre tradição e empiria nas Ciências Sociais. Os textos produzidos há 150, 200 anos, mantêm sua validade, considerando-se os problemas atuais? Os novos trabalhos empíricos não seriam mais importantes para a compreensão das questões atuais que aqueles que informam uma tradição sociológica? Devemos nos concentrar na história (tradição, clássicos) ou em uma sistemática (novas teorias e materiais empíricos)? Afinal, o que é um clássico? Ao formular sua resposta, Alexander assume dois aspectos: primeiro, o clássico goza de status privilegiado frente ao contemporâneo (ou seja, acredita-se poder aprender com o clássico, tanto quanto com o contemporâneo); segundo, “a obra estabelece critérios básicos em seu campo de conhecimento” (Alexander, 1999, p. 24).

Pensar o ‘agora’ da produção intelectual e sua tradição leva Alexander a refletir, então, sobre a especificidade das Ciências Sociais frente às Ciências Naturais – servindo de contraponto ao debate as posições de Merton, o mesmo autor das “teorias de médio alcance”, sobre o tema. Merton insiste na concepção de que as ciências sociais devem repetir o modelo das ciências naturais e sua teoria sistemática, sendo esta última a

codificação do conhecimento empírico [...] na construção de leis explicativas. A teoria científica é sistemática porque testa as leis explicativas por meio de processos experimentais e acumula, assim, constantemente, conhecimentos verdadeiros. Já que a acumulação ocorre, não há necessidade de textos clássicos (Alexander, 1999, p. 26).

O olhar para os clássicos não teria nenhuma virtude explicativa, tendo caráter histórico ele se configuraria como uma história das ciências sociais. Há, para Merton, uma diferença radical entre Ciência (trabalho cumulativo a partir da empiria) e História. Seu olhar considera pouco produtivo, criativo, e mesmo infértil, a dedicação aos textos clássicos, uma vez que o dado empírico e a acumulação desempenhariam papel fundamental e de precedência, como acontece nas ciências naturais (Alexander, 1999, p. 28).

A perspectiva de Merton não considera as diferenças entre as ciências naturais e as sociais. Alexander levanta, então, um problema interessante: em relação às ciências naturais, falamos de singularidade ou atraso? A resposta a essa pergunta faz com que Alexander pense a questão do consenso, reconhecendo a existência de uma discordância endêmica no interior das Ciências Sociais. Dessa forma, o que dá a um autor o status de clássico não é o teste empírico, mas o consenso que se constrói em torno de questões que não são empíricas (Alexsander, 1999, p. 31).

as condições da ciência social tornam altamente improvável o consenso sobre a natureza exata do conhecimento empírico – para não falar do consenso sobre leis explicativas. Em ciência sociais,

portanto, os argumentos a respeito da verdade científica não se referem apenas ao nível empírico; eles atravessam o leque total de empreendimentos não-empíricos que amparam pontos de vista concorrentes (Alexander, 1999, p. 36).

De acordo com essa perspectiva, Nisbet (2003) trabalha com a concepção de que uma tradição intelectual se articula em torno de um núcleo de ideias que perduram através de gerações, dando a essa tradição coerência e continuidade. Na Sociologia essas ideias são: comunidade, autoridade, status, o sagrado e alienação. Elas norteiam o debate no período formativo da disciplina, que vai de 1830 a 1900. Assim, tradicionalismo e modernismo se opõem como polos, construindo a estrutura da disciplina (Nisbet, 2003, p. 10-11): “A sociologia é a única ciência social contemporânea onde a tensão entre os valores tradicionais e modernos aparece manifesta em sua estrutura conceptual e em suas suposições fundamentais”. Além disso, no caso das Ciências Sociais, o trabalho de construção conceitual dos clássicos se faz com ‘imaginação, visão e intuição’, campo mais próximo da arte que do mero acúmulo de dados. “Cada una de ellas [teorias sociais clássicas] es, sin excepciones, resultado de procesos de pensamiento – imaginación, visión, intuición – que tienen tanta relación com el artista como com el investigador científico” (Nisbet, 2003, p. 34). Sobre Durkheim, especificamente, o autor afirma que

la fecunda combinación de idéias que hay por detrás de El suicidio – de la cual seguimos extrayendo provecho en nuestras empresas científicas – se alcanzó de una forma más afin com los procedimientos de un artista que com los del procesador de fatos, el lógico o el tecnólogo (Nisbet, 2003, p. 35).

Não há dúvida de que, na perspectiva destes autores, Durkheim é um clássico. Mas a recepção deste autor no Brasil, marcado pela ‘descontinuidade’ e pela ‘fragmentação’ (Oliveira, 2009, p. 248), explica porque, durante muito tempo, ele foi considerado/estudado como um autor protocolar, com presença obrigatória nos currículos mas com pouco eco nas agendas de pesquisa. Para um autor que figura nos currículos escolares da graduação em Ciências Sociais, é espantoso como quão recente é a tradução de obras centenárias, entre elas *As formas elementares da vida religiosa*, publicado no Brasil apenas em 1989, *Ética e sociologia da moral*, publicado em 2003, ou *A Educação moral*, publicado em 2008 (Oliveira, 2009, p. 244 e 248). Uma série de iniciativas, principalmente nos anos 2000, e na esteira do *revival* experimentado pelo autor na França, tornou a obra de Durkheim contemporânea (Oliveira, 2009) E o que significa isto? “Um sincero comprometimento em se tentar compreender o autor a partir de um olhar atual, pautado por questões teóricas e práticas que já não são as mesmas que estavam na agenda intelectual há duas ou três décadas” (Oliveira, 2009, p. 13) Os textos reunidos em *David Émile Durkheim: a atualidade de um clássico*, alguns já publicados em periódicos nacionais, dão testemunho desse

comprometimento e exploraram aspectos da obra que, até o momento, não haviam sido objeto de apreciação ou mesmo de tradução. Assim, o livro, dividido em duas partes, reúne artigos que tratam do contexto de produção e de ação de Émile Durkheim, bem como das dimensões epistemológicas de sua obra, e reúne outros que se dedicam aos temas da moral e da política, sendo um dos destaques a tradução inédita de um artigo de Durkheim sobre o Estado.

A primeira parte do livro, *Contexto histórico e epistemológico*, insere o autor no fluxo da produção de seu tempo, permitindo que o conheçamos ainda em disputas no campo científico de sua época. E, portanto, ainda muito distante da imagem de pai institucionalizador que depois se cristalizará, fazendo-o parecer o sujeito solitário de um campo sem conflitos e sem concorrências. Mais do que curiosidade, os textos dessa seção mostram com que armas e com quais argumentos batalhas teórico-metodológicas eram travadas.

É o que se pode acompanhar em “Um concorrente de Durkheim: René Worms e a ‘Revue Internationale de Sociologie’”, artigo de Márcia Consolim. Temos acesso aqui ao cenário de legitimação teórica e institucional que tem lugar no período de produção da obra durkheimiana. Afastando-se do mito de origem – que apagou o ambiente de disputas então existente para criar, como dito antes, um herói fundador que, sozinho, edificou uma disciplina –, o artigo de Consolim persegue, entorno de dois homens, René Worms e Durkheim, e uma revista, a *Revue Internationale de Sociologie*, criada em 1893, os embates que marcam o estabelecimento da Sociologia como disciplina na França. A *Revue...*, fundada por Worms, assim como outras do período, era uma revista filosófica, de caráter generalista, dedicada às questões sociais. Também como outras, ela era formada por um círculo de colaboradores oriundos principalmente do campo jurídico e do campo literário (majoritariamente professores do Liceu, equivalente ao Ensino Médio brasileiro), tendo sido marcada pelo ecletismo dos artigos (em que a vida social era explicada por noções individualistas e psicológicas, e não coletivas instrucionais) e pela inserção dos colaboradores no campo político-social. Ao lançar luz sobre a *Revue*, e o tipo de colaboração e colaboradores que por ela transitavam, Consolim detecta a tensão existente entre o ‘generalismo worminano’ e a ‘profissionalização/especialização sociológica’ que o círculo durkheimiano passa a realizar, em um momento em que este modelo de produção ainda não é dominante.

Sem dúvida, a maior contribuição do artigo é a apresentação do ambiente intelectual na Terceira República Francesa, que se distingue pelas relações entre o campo político-social e um nascente campo intelectual que se torna independente. O período de 1880-1900 é pontuado por mudanças estruturais no campo intelectual francês: autonomização do campo universitário (profissionalização das carreiras, regulamentação das titulações, institucionalização de critérios de nomeação e promoções). É nesse cenário concorrencial que Durkheim começa a ganhar prestígio, atuando dentro de um espaço

no qual a perspectiva generalista, representada por Worms e sua revista, começa a perder terreno para a produção especializada e o que conhecemos hoje como Sociologia, e suas práticas, desenha seus primeiros contornos.

Já o artigo de Aldo Litaiff e Robert Crépeau, “Durkheim e o pragmatismo: verdade, sociedade e indivíduo”, explora um curso dado por Durkheim entre 1913 e 1914. O texto é um de seus últimos escritos, posterior à publicação das *Formas Elementares da Vida Religiosa* –, e acena com uma renovação do racionalismo pelo pragmatismo, dentro das preocupações de Durkheim com a Sociologia do Conhecimento e as possibilidades de se conhecer a verdade. Litaiff e Crépeau argumentam que o interesse de Durkheim pelo pragmatismo o leva também a um interesse maior pelo indivíduo. Assim, afirmam os autores, “perto do fim da vida, ele reconhece cada vez mais o papel do indivíduo como criador de categorias sociais” (Litaiff; Crépeau, 2011, p. 62). O debate sobre o lugar do indivíduo na fase final de sua obra desponta como a grande contribuição do artigo, complexificando a relação entre indivíduo e sociedade, e fazendo-nos repensar certos lugares comuns repisados em relação ao sufocamento do indivíduo em Durkheim.

Fecha a seção o artigo de Alexandre B. Massela, “O problema da definição em Durkheim”. O autor discute o lugar fundamental ocupado pelo procedimento de definição na obra durkheimiana. O tema não aparece em Durkheim, mas, com ele, essa operação se propõe a transformar em sociológicos determinados objetivos, eliminando a ambiguidade que as noções comuns emprestam aos objetos da vida social. O maior mérito do artigo é problematizar um procedimento normalmente tomado como dado, porém pouco discutido em seu processo. Massela cria essa possibilidade ao acompanhar os desenvolvimentos deste procedimento em algumas das principais obras de Durkheim, observando as repercussões teóricas do procedimento metodológico em *As formas Elementares da Vida Religiosa*, com a definição do objeto próprio da sociologia das religiões, e *O Suicídio*, onde a definição permite tomar o suicídio como fenômeno sociológico e não individual.

Ao mapear o debate sobre a cientificidade no terreno das ciências humanas, vigentes no campo intelectual do período, o artigo abre espaço para a compreensão, inclusive, dos investimentos epistemológicos feitos por Durkheim, que buscavam instaurar fronteiras definidoras da especificidade da sociologia.

A segunda parte do livro, *Política e moral no pensamento de Durkheim*, é aberta com a tradução, por Márcio de Oliveira, de “O Estado”, texto que, inicialmente, veio a público como um curso ministrado provavelmente no período entre 1900-1905. Nele, Durkheim oferece sua definição do que seja o Estado e seu papel, pensando em especial o lugar do indivíduo e dos direitos individuais como índice dos progressos da justiça no contexto do Estado Moderno.

Ainda sobre o tema, segue-se o artigo de Marcio de Oliveira, “O estado e a política em Durkheim”, que mapeia a presença dos dois temas na obra do sociólogo francês. No debate sobre a existência ou não de uma teoria política em Durkheim, Oliveira defende

a existência de uma sociologia política esboçada no tratamento de temas como Estado, indivíduo, moral, sociedade.

A partir das obras durkheimianas e do debate sobre a existência de uma teoria política neste autor, realizada por intérpretes como Giddens, Lukes, Nisbet, entre outros, Oliveira identifica que *autoridade e moral* despontam como os temas de maior relevo político no autor, sendo por meio deles que o Estado, a relação indivíduo e sociedade ganham tratamento político: “Em síntese, o Estado, para Durkheim, vale menos enquanto instituição detentora de poder do que enquanto reservatório moral e jurídico, cujo objetivo é permitir e garantir o florescimento do indivíduo” (Oliveira, 2011, p. 120). Assim, sublinha Oliveira, “os temas propriamente políticos não são diretamente abordados como fatos da Política, mas como fatos da (sociedade ou da) moral” (Oliveira, 2011, p. 116).

É pelas lentes da dinâmica social, sintetiza Oliveira, que Durkheim enxerga o tema da política:

Não é, portanto, a partir de uma reflexão sobre a questão do poder em si que se deve compreender como Durkheim aborda os temas da política. Seu questionamento de base, nunca é demais insistir, diz respeito ao conjunto de regras de conduta sancionadas – a moral- que deve conduzir a sociedade (Oliveira, 2011, p. 125).

Em “Émile Durkheim e a revolução copernicana no conceito de moral”, Raquel Weiss apresenta a perspectiva durkheimiana acerca da moral em suas implicações metodológicas, epistemológicas e também teóricas. A moral, noção chave para a explicação da vida social, recebe em Durkheim um tratamento radicalmente novo, daí a ideia de revolução copernicana defendida pela autora. Em um horizonte no qual a moral é tema de filósofos, e os fatos sociais servem como ilustração de sistemas previamente definidos, onde o que ‘deve ser’ ocupa o lugar do ‘que é’, Durkheim propõe um outro tratamento para o problema, oferecendo a perspectiva da Sociologia como a única capaz de esclarecer os fundamentos e a dinâmica da vida moral, portanto da vida social. Weiss mostra que, recusando postulados filosóficos, e entrando no debate crítico com kantianos e utilitaristas, Durkheim erige uma concepção da moral sobre bases sociológicas. O artigo acompanha a crítica feita por Durkheim às duas escolas e à teoria da moral erigida a partir daí, em que o duplo caráter da moral – de dever (imperativo social) e de bem (desejabilidade da moral) – relevam a sociedade como fundamento último da autoridade, ou seja, daquilo que transcende os indivíduos e que é fonte do bem. Weiss também descortina as relações entre essa descoberta teórica e as ações de intervenção social pensadas por Durkheim, em que a institucionalização de uma moral cívica cumpriria a função de fortalecer o laço social, pela via da racionalidade.

Registre-se que há entre os artigos de Oliveira e Weiss enorme identidade. Eles podem ser lidos de modo conjugado, uma vez que os tópicos da Moralidade, da Autoridade,

da Sociedade e do Estado aparecem articulados tanto em um como em outro.

“O fenômeno jurídico em Émile Durkheim”, de José Lindomar Coelho Albuquerque fecha a seção, e oferece uma interessante discussão sobre o lugar do Direito na obra durkheimiana. Os leitores de Durkheim sabem que o tema aparece com frequência em seus textos, simultaneamente como fato e índice da vida social e da moralidade. Seguindo essa trilha, Albuquerque identifica algumas dimensões do fenômeno na obra do autor. O Direito é para ele recurso metodológico, indicador da intensidade e da especificidade do laço social (formas de solidariedade), bem como da mudança social. O artigo mostra que, tomando o fenômeno jurídico como objeto de análise, foi possível a Durkheim defender a autonomia da explicação dos fatos sociais por si mesmos; identificar os processos de individualização, bem como a dinâmica das relações entre indivíduo e sociedade.

A leitura conjunta dos três artigos revela, por ângulos diversos, a centralidade do tema da autoridade moral em Durkheim, seja na explicação dos fenômenos políticos, como o Estado, seja nas regras jurídicas, ou no debate com outras teorias da moral vigentes em sua época. Mas tiremos da mente a imagem de um autor obcecado pela ideia de ordem e regulação. Os artigos revelam um autor preocupado com a mudança social, com a dinâmica da vida comum, e, sublinhe-se aqui, a ideia de movimento. A vida social se transmuta; as regras jurídicas e as formas de organização do Estado refletem isso, e é a Sociologia a disciplina capaz de identificar seus processos.

De mãos dadas com o pesquisador e teórico, a leitura do livro lança luz, ainda, sobre o Durkheim professor. Muitos de seus textos foram inicialmente notas de aulas. A sala de aula era, para Durkheim, não apenas lugar de reprodução de conteúdos, mas de reflexão ativa e de criação. Em um cenário no qual ensino, pesquisa e extensão têm valorações diversas e no qual, muitas vezes, a conjugação das três atividades nos parece mais retórica que real, a leitura de *David Emile Durkheim*, a atualidade de um clássico, nos brinda com um mestre cujas ideias continuam a ser relevantes para as questões fundamentais da vida social. Um clássico, portanto, atual.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs). **Teoria social hoje**. Trad. Gilson César C. de Souza. São Paulo, Ed. da Unesp, 1999. p. 23-89.

CONSOLIM, Maria Cristina. Émile Durkheim e Gabriel Tarde: aspectos teóricos de um debate histórico (1893-1904). **História**. Questões e Debates, v. 53, p. 39-65, 2011. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/24116/16147>> Acesso em: 20 set. 2012

DURKHEIM, Émile. O ensino da moral na escola primária. Trad. Raquel Weiss. **Novos Estudos - CEBRAP** [online], n. 78, p. 59-75, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000200008>> Acesso em: 20 set. 2012

MASSELA, Alexandre B. et al. (orgs). **Durkheim: 150 anos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

- MASSELLA, Alexandre B. Epistemologia das ciências humanas: (Tomo I: Positivismo e hermenêutica: Durkheim e Weber). **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], vol. 20, n. 57, p. 189-194, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092005000100013>> Acesso em: 20 set. 2012
- MUCCHIELLI, Laurent. O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914). Trad. Fernando Kolleritz. **Revista Brasileira de História** [online], vol. 21, n. 41, p. 35-54, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882001000200003>> Acesso em: 20 set. 2012
- NISBET, Robert. **La formación del pensamiento sociológico**. V. I. Trad. Enrique M. de Vedia. Buenos Aires: Amorrortur, 2003.
- OLIVEIRA, Márcio de. A recepção de Durkheim no Brasil. In: MASSELLA, Alexandre B. et al. (org.). **Durkheim: 150 anos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- _____. O Estado em Durkheim: elementos para um debate sobre sua sociologia política. **Revista de Sociologia e Política** [online], vol. 18, n. 37, p. 125-135, out. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000300009>> Acesso em: 20 set. 2012
- PINHEIRO FILHO, Fernando. A noção de representação em Durkheim. **Lua Nova** [online], n. 61, p. 139-155, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452004000100008>> Acesso em: 20 set. 2012

Recebido em 06/09/2012

Aprovado em 30/09/2012